



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. : 10880-036.099/90-21
RECURSO Nº. : 02.346
MATÉRIA : CONTRIBUIÇÃO PARA O FINSOCIAL / FATURAMENTO - EX. 1987
RECORRENTE : MICRO ELETRÔNICA LTDA.
RECORRIDA : DRF EM SÃO PAULO (SP)
SESSÃO DE : 18 DE SETEMBRO DE 1997
ACÓRDÃO Nº. : 108-04.600
JRA. -

PROCEDIMENTO DECORRENTE - Contribuição para o FINSOCIAL / FATURAMENTO - Em virtude da estreita relação de causa e efeito entre o lançamento principal e o decorrente, o decidido quanto ao primeiro se aplica à lide reflexa.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **MICRO ELETRÔNICA LTDA.**

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS
PRESIDENTE E RELATOR

FORMALIZADO EM: 19 SET 1997

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JOSÉ ANTONIO MINATEL, MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR, NELSON LÓSSO FILHO, ANA LUCILA RIBEIRO DE PAIVA, MARIA DO CARMO SOARES RODRIGUES DE CARVALHO E LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA. Ausente, justificadamente, o Conselheiro JORGE EDUARDO GOUVÊA VIEIRA.

PROCESSO Nº. :10880-036.099/90-21
ACÓRDÃO Nº. :108-04.600
RECURSO Nº. :02.346
RECORRENTE :MICRO ELETRÔNICA LTDA.

RELATÓRIO

A contribuinte supra identificada recorre a este Conselho da decisão da autoridade julgadora de primeiro grau, que julgou procedente a exigência fiscal formalizada no Auto de Infração de fls 06.

Trata-se de tributação reflexa de outro processo instaurado contra a mesma contribuinte na área do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, protocolizado na repartição local sob o no. 10880-036.101/90-71.

Nestes autos cogita-se da cobrança da Contribuição para o FINSOCIAL / FATURAMENTO relativa ao exercício de 1987, consoante estabelecido no artigo 1o., parágrafo 1o., do Decreto-lei no. 1.940/82, artigos 2, 16, 80 e 83 do RECOFIS (aprovado pelo Decreto no. 92.698/86), c/c o art. 22 do Decreto-lei no. 2.397/87 e art. 28 da Lei no. 7.738/89.

Mantida a tributação no processo matriz em primeira instância, igual sorte coube a este litígio naquele grau de jurisdição, conforme decisão de fls. 35/36.

Dessa decisão a contribuinte foi cientificada em 15/04/94 e, inconformada, ingressou em 20/04/94 com recurso voluntário de fls. 39/56.

Como razões do recurso, a contribuinte se reporta aos fundamentos apresentados no processo principal.

É o Relatório.



PROCESSO Nº. :10880-036.099/90-21
ACÓRDÃO Nº. :108-04.600

VOTO

CONSELHEIRO MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS , RELATOR

O recurso foi manifestado no prazo legal e com observância dos demais pressupostos processuais, razão porque dele tomo conhecimento.

No mérito, trata-se de processo decorrente, tendo este Colegiado, apreciando o processo principal (no. 10880-036.101/90-71), resolvido reformar a decisão de primeiro grau, entendendo procedente a irrisignação da contribuinte.

É cediço, nesta instância administrativa, de que no caso de lançamento dito reflexivo há estreita relação de causa e efeito entre o lançamento principal e o lançamento decorrente, uma vez que ambas as exigências repousam em um mesmo embasamento fático. Assim, entendendo-se verdadeiro ou falso os fatos alegados, tal exame enseja decisões homogêneas em relação a cada um dos lançamentos.

Nestas circunstâncias, o exame feito em um dos processos atinentes a lançamento ensejado pelo mesmo suporte fático, especialmente no processo intitulado principal, serve também para os demais. Não quer dizer com isso que a decisão de um vincula a de outro. No entanto, não havendo no processo decorrente nenhum elemento novo que seja apto a alterar a convicção do julgador, por questão de coerência lógica, a decisão deve ser tomada em igual sentido.

Como salientado, no presente caso observa-se que este mesmo Colegiado, apreciando os fatos ensejadores do lançamento principal, concluiu no respectivo processo que o inconformismo da recorrente quanto à exigência do imposto de renda pessoa jurídica procedia , como faz certo o Acórdão no. 108-04.551, de 16/09/97.

PROCESSO Nº. :10880-036.099/90-21
ACÓRDÃO Nº. :108-04.600

Ora, sendo assim, e tendo em vista que não se apresenta nestes autos qualquer elemento novo capaz de alterar o entendimento anteriormente fixado, impõe-se decisão consentânea seja adotada.

Em face de tais considerações, dou provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 18 de setembro de 1997.



MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS - RELATOR